

“DAS AÇÕES DE FAMÍLIA”, SEGUNDO ADVENTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Renan Corrêa e Castro*
renancorreea@hotmail.com

RESUMO

O presente Trabalho trata-se em realizar apontamentos acerca das novidades, advindas pelo novo Código de Processo Civil - CPC (Lei n. 13.105/2015); no que tange aos procedimentos especiais, no âmbito do “Direito de Família”; abordando temas, como Mediação/Conciliação; Reconhecimento da União Estável; Alienação Parental; Execução de Alimentos; Guarda/Visitação; Filiação; e, a Prisão Civil do Devedor de Alimentos.

Palavras-chave: Novo Código de Processo Civil; Lei nº 13.105/2015; Direito de Família.

1 INTRODUÇÃO

Em março de 2016, entrou em vigor a “Lei nº 13.105/2015” – “Novo Código de Processo Civil”. O novel Diploma teve o intuito de modernizar o desenvolvimento do Processo Judicial Brasileiro; e, sanar o problema sobre a morosidade excessiva da Justiça; razão pela qual se fez necessária a alteração.

Em uma primeira análise, o novo Código se visualiza, como uma Legislação, extremamente, organizada e inovadora; objetivando à agilidade dos procedimentos; dando maior liberdade às partes, com a possibilidade de ajustarem um negócio jurídico, no âmbito do Processo. Além disso, importantes Princípios foram impulsionados, pela nova Legislação. Alterações as quais possibilitaram um trâmite processual mais célere e menos burocrático.

Com o advento do novo Diploma, a figura da Mediação e Conciliação ficou em evidência; ganhando maior importância; sendo, inclusive, requerida, por meio de petição inicial, quando o Autor já, num primeiro momento, manifesta a vontade de transigir; podendo as partes, por mera liberalidade, entrarem em acordo. Art. 319, VII do CPC.

No que tange às novidades, trazidas pelo novo Código de Processo Civil, não podemos deixar de elencar as ações que versam sobre o Divórcio Litigioso, a Separação, o

* Advogado, formado pelo Centro Universitário do Planalto de Araxá. Trabalho sob a orientação da Dr^a. Maristela Aparecida Dutra.

Reconhecimento e a Extinção de União Estável, a Guarda e a Filiação; que passaram a contar com um procedimento especial, o qual outrora não existia.

Possível notar, ainda, uma grande modificação, já no procedimento inicial do Processo, quando da citação do Réu; que passa a vir desacompanhado da petição inicial, com intuito de obter maior êxito nas Conciliações e Mediações; sem, contudo, tê-lo cerceado o seu direito ao contraditório.

Por fim, a alteração, com maior enfoque, no presente Estudo, foi à implementação do “Capítulo X - Das Ações de Família”, que ganhou uma atenção especial do Legislador, ao atentar-se a cuidar em seus “sete” Artigos, de toda a esfera familiar, que passou a contar com maior respaldo legal em suas demandas.

Esse importante Instrumento Legislativo, que serve, como “padrão processual” às demais Áreas do Direito, trouxe significativas inovações, quanto à esfera das relações familiares; as quais merecem ser abordadas e discutidas, com o objetivo de elucidar as questões mais relevantes e pertinentes ao tema.

A metodologia, aplicada ao Estudo, consistiu em pesquisas bibliográficas, por meio de citações de livros de renomados Doutrinadores. Além de visitas a Websites Jurídicos, por meio da consulta ao posicionamento dos Órgãos do Poder Judiciário, acerca de determinadas matérias. E, ainda, a Legislação “seca”, pela leitura das Leis Materiais e Processuais.

Destarte a importância do Estudo, senão, vejamos, de maneira mais aprofundada, ao longo do presente Trabalho.

2 OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Segundo o Código de Processo Civil, há duas modalidades de procedimentos especiais, os de Jurisdição Contenciosa e os de Jurisdição Voluntária. Os de Jurisdição Contenciosa se referem à solução de litígios; enquanto os de Jurisdição Voluntária, apenas, à administração judicial de interesses privados não litigiosos.

Não há Processo, nos feitos de Jurisdição Voluntária; mas, apenas, procedimentos que constituem a coordenação formal de atos não processuais; quando o Juiz não exerce função jurisdicional; mas, tão só, administrativa. É o que ocorre com as alienações judiciais, as nomeações de Tutores e Curadores, o divórcio e a partilha consensuais. Já, nos procedimentos

especiais de Jurisdição Contenciosa, há um complexo de atividades, as quais configuram as chamadas Ações Executivas.

Os procedimentos especiais, que compõem o processo de conhecimento, no Novo Código de Processo Civil, estão distribuídos entre os procedimentos especiais de Jurisdição Contenciosa, dos Art. 539 ao 718; e, os procedimentos de Jurisdição Voluntária, dos Art. 719 a 770.

No que se refere às inovações, trazidas pelo novo Código, podemos destacar: ações que versam sobre o Divórcio Litigioso; a Separação; o Reconhecimento e a Extinção de União Estável; a Guarda, a Visitação e a Filiação; que passaram a contar com um procedimento especial, que, antes, não existia. A grande mudança versa sobre citar o Réu, sem lhe entregar a petição inicial, com vistas a obter maior êxito nas Conciliações de Conflitos. Destaca-se que o Réu não está deixando de ter o seu direito de conhecimento dos fatos; pois, a ele é permitido, a qualquer tempo, buscar as informações sobre a petição inicial, nos Autos; mantendo o pleno direito ao contraditório.

Esse novo procedimento, portanto, traz divergências doutrinárias, em relação à sua eficácia, nos litígios, pertinentes ao Direito de Família. Essa é uma tentativa legislativa, para que não se incendeie, ainda mais, os ânimos do Réu, nessas questões, sempre, tão delicadas das relações humanas. Porém, como ressalta Tartuce (2016, p. 211), "parece existir uma contrariedade ao dever de informação, corolário da boa-fé objetiva, que é um dos Princípios do novo CPC; retirado, especialmente, dos seus Art. 5º e 6º".

Ademais, com relação à não entrega da contrafé ao Réu, coloca Ferrarini (2015), que essa situação ocasiona vantagem ao Autor; uma vez que o Réu terá, apenas, vaga ideia do que está sendo alegado e das provas, ali, juntadas; violando, assim, o Princípio, presente no Art. 5º, *caput*, CF/88. Outrora, para Oliveira e Costa (2016), como já citado, essa inovação não restringe os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa; visto que, munido de sua documentação, o Réu poderá obter cópia da petição inicial; e, portanto, dos fatos, ali, alegados, se assim o desejar, antes da Audiência de Mediação e Conciliação.

A citação ocorrerá, com, no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, da data da Audiência; sendo a citação feita na pessoa do Réu. Na Audiência, as partes devem estar, devidamente, representadas por seus Advogados ou Defensores Públicos.

A citação, referida no Art. 695, Parágrafo 2º do CPC, é adequada, apenas, para fins da Audiência de Mediação e Conciliação. As formas de citação estão previstas no Art. 246, CPC; e, podem ser feitas, por Correio; por Oficial de Justiça; pessoalmente, quando comparecer ao

Cartório, sendo feita pelo Escrivão ou pelo Chefe da Secretaria; por Edital; e, ainda, por meio eletrônico, conforme regulado em Lei. Salienta Parizatto (2015) que a preferência da forma da citação será, por via postal (Art. 249, CPC); sendo que, caso esta seja frustrada, opta-se pela citação, por Oficial de Justiça (Art. 247, CPC). Seguindo a ordem de prelação legal.

2.1 MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

A partir da Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, o Conselho Nacional de Justiça deu um importante passo, no sentido de estimular a Mediação e a Conciliação, ao instituir a Política Judiciária Nacional, em relação ao tratamento dos conflitos de interesses; incumbindo aos Órgãos Judiciários em oferecer mecanismos de soluções de controvérsias; em especial, os chamados Meios Consensuais; como, a Mediação e a Conciliação; bem como, prestar atendimento e orientação ao Cidadão.

Por meio da Resolução, foi determinada aos Tribunais a criação de Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos; e, para atender aos Juízos, Juizados ou Varas, com competência, nas Áreas Cível, Fazendária, Previdenciária, de Família, ou, dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazendários, foi determinada a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania; conhecidos, como, os “CEJUSC”; incumbidos de realizarem as sessões de conciliação e mediação pré-processuais, cujas Audiências são realizadas, por Conciliadores e Mediadores, credenciados junto ao Tribunal.

Com a promulgação do Código de Processo Civil, a Mediação e a Conciliação ganharam, ainda mais, “espaço”; tornando-se uma importante figura, na tentativa de resolução do litígio. Em outras palavras, pode-se dizer que a Conciliação é uma forma de resolução de conflitos, em que um terceiro, neutro e imparcial, chamado “Conciliador”, facilita a comunicação entre as pessoas; e, que mantém uma relação pontual, na busca de seus interesses e na identificação de suas questões; por meio de sua orientação pessoal e direta; tentando um acordo satisfatório para ambas as partes.

A Mediação, por sua vez, é uma “conversa/negociação”, intermediada por alguém imparcial, que favorece e organiza a comunicação entre os envolvidos, no conflito. De acordo com o Código de Processo Civil, o Mediador, que atuará, preferencialmente, nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará os interessados sobre a compreensão das questões e dos interesses em conflito; de modo que possa, por si próprios, mediante o

restabelecimento da comunicação, identificar soluções consensuais, que gerem benefícios mútuos (Art. 165, § 3º).

Segundo estudos apontados, inúmeros são os benefícios e as vantagens, alcançados pela Mediação e Conciliação; tais como: a redução do desgaste emocional e do custo financeiro; a construção de soluções adequadas às reais necessidades e possibilidades dos interessados; uma maior satisfação dos interessados envolvidos; uma maior rapidez na solução de conflitos; quer pessoais, familiares ou de negócios; a desburocratização, na solução de conflitos, uma vez que impera a informalidade nas Sessões de Mediação ou Conciliação; a possibilidade da solução do litígio, por Profissional, escolhido pelos interessados, conforme a natureza da questão; e, a garantia de privacidade e de sigilo.

Pela natureza da atividade, desenvolvida pelos Profissionais, a Mediação se mostra, ainda, mais adequada, para as questões, que envolvam conflitos, na Área da Família; e, a Conciliação, para as questões da Área Comercial e do Consumidor; destacando que podem ser utilizadas as duas técnicas de solução de conflitos, quando se tratar, obviamente, de direitos disponíveis.

3 DOS PROCESSOS CONTECIOSOS DE DIVÓRCIO

O Conceito de Divórcio vem do Latim “divortium”, (separação), derivada de “divertere”, (tomar caminhos opostos, afastar-se.), usado para designar o rompimento do Casamento Civil.

A primeira vez que a figura apareceu foi, no Código Civil Brasileiro de 1916; introduzindo o Desquite (Judicial ou Amigável), como forma de pôr fim à sociedade conjugal. A sentença do Desquite, apenas, autorizava a separação dos Cônjuges; pondo termo ao Regime de Bens. Porém, o vínculo matrimonial permanecia.

O Divórcio foi instituído, oficialmente, com a Emenda Constitucional número 09, de 28 de junho de 1977; regulamentada pela Lei 6.515, de 26 de dezembro do mesmo ano. A chamada Lei do Divórcio passou a designar o Desquite, como separação judicial; revogando o Capítulo I e a parte do Capítulo II, do Título IV, do Código Civil de 1916 (Artigos 315 a 328); que tratava da Dissolução da Sociedade Conjugal e da Proteção da Pessoa e dos Filhos. A Lei estabeleceu a modalidade de Divórcio-conversão; isto é, depois de separado, judicialmente, por três anos, o Casal poderia requerer a conversão da separação em Divórcio.

Abria, também, em 28 junho de 1977, a possibilidade do Divórcio Direto; mas, somente, para os Casais, separados de fato, há mais de cinco anos.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 226, §6º, alterou, profundamente, o Divórcio; isto é, reduziu o prazo para a conversão de três anos para um ano; admitiu o Divórcio Direto, em qualquer época, e, não somente, para separações de fato, anteriores à EC nº 09/77; reduziu, de cinco para dois anos, o prazo de separação de fato, e, não colocou limites ao número de Divórcios; que era limitado, pelo Artigo 38, da Lei 6.515/77, a, apenas, uma vez. Art. 226. (...) §6º. O Casamento Civil pode ser dissolvido, pelo Divórcio, após prévia separação judicial, por mais de um ano, nos casos expressos em Lei; ou, comprovada a separação de fato, por mais de dois anos.

Com a Lei 11.441, de 04 de janeiro de 2007, o Divórcio e a Separação Consensuais podem ser requeridos, por via administrativa; ou seja, não é necessário ingressar com uma Ação Judicial para o efeito; bastando comparecer a um Tabelionato de Notas e apresentar o pedido. Cabe ressaltar que tal facilidade só é possível, quando o Casal não tiver filhos menores de idade ou incapazes.

A Emenda Constitucional nº 66/2010 trouxe significativas mudanças ao § 6º do Artigo 226, da Constituição Brasileira. Segundo a regra anterior, o Divórcio só poderia ocorrer, quando o Casal já estivesse separado, judicialmente, por mais de um ano; ou, separado de fato, por mais de dois anos. Com a Emenda, o único fator imprescindível é a vontade exclusiva de um ou de ambos os Cônjuges.

Presenciamos, nas informações supra, que inúmeras foram as alterações realizadas. Com o advento do Novo Código de Processo Civil, o Legislador se atentou a não deixar passar batido o tema; adequando-o às necessidades contemporâneas. Nota-se que o Legislador, ao longo dos anos, vem, de certa forma, facilitando o Processo de Divórcio.

Pelo novo Código, houve uma maior flexibilização, quanto ao tema em questão. Ainda que, doutrinariamente, ainda, há discussões se houve ou não a extinção da figura da Separação Judicial. Fato é que, hoje, o Divórcio prescinde de prazo prévio de Separação; minimizando o interesse na discussão prática acerca da Separação Judicial. Ademais, relativamente, ao Divórcio, sob a égide de um Novo CPC, novas mudanças trazem à baila ajustes necessários, quando da distribuição e do processamento desse tipo de Ação.

Primeiramente, já, sob o espírito cooperador, previsto pelo novo Código, a Audiência de Conciliação será reiterada, quantas vezes forem necessárias, a fim de perseguir a solução

consensual do litígio; consoante previsto, nos Artigos 694 e 696, do novo Diploma Processual.

Além disso, também, a título de preservar o Requerido, na demanda proposta, a citação processual será realizada, na pessoa do Réu; e, não deverá constar informação alguma sobre o tipo de Ação, em curso; zelando, apenas, pela determinação clara de dia e horário da Audiência de Conciliação; sendo facultado ao Requerido, obviamente, o acesso aos Autos, a qualquer tempo, conforme Art. 695, §1º, do Código.

Destaca-se que a Audiência de Conciliação descrita é de tal importância, que não cabe às partes dispor da tentativa de Conciliação; não se aplicando, nesse tipo de demanda, a nova regra, prevista no Art. 334, §5º do CPC; que permite às partes dispensar, em conjunto, a tentativa de conciliação.

Uma outra novidade, no rito do Divórcio, decorre da alteração no momento a ser ofertada a contestação, pelo Réu; agora, da mesma forma, que noutras demandas, a contestação ou a reconvenção deverão ser ofertadas, em até 15 dias úteis, após o término de Conciliação, consoante Art. 697, do CPC.

Vale ressaltar, ainda, o fato de, agora, o Ministério Público não ter mais participação obrigatória, em todas as Ações de Divórcio; tendo a sua participação exigida, tão somente, quando houver interesse de Incapaz; e, também, no momento prévio ao eventual acordo, conforme comando, previsto no Art. 698.

Por fim, quando a demanda versar, relativamente, ao Incapaz, quando se notar a suspeita de Divórcio, combinada com indícios de Alienação Parental, quando tomar o depoimento do Menor, é obrigatório o acompanhamento de Profissional especializado; que, apesar de gozar de livre avaliação, pelo Juízo, depende de análise técnica específica de um Psicólogo ou Assistente Social, conforme Artigos 447, §4º e 699, ambos do CPC.

4 DA GUARDA, VISITAÇÃO E FILIAÇÃO

Para falarmos em Guarda, é necessário que falemos do Poder Familiar. Poder Familiar consiste em um conjunto de direitos e deveres que os Pais possuem, em relação a seus Filhos e Bens; definindo-se, assim, as relações jurídicas existentes entre ambos; e, cuja finalidade é proteger os Filhos, mediante as práticas de condutas, tendentes à normalidade familiar.

- A **Guarda**, portanto, é o exercício do Poder Familiar, inerente aos Pais, no sentido de terem os Filhos sob seus cuidados e responsabilidades; que, de acordo com o Art. 33, do

Estatuto da Criança e do Adolescente, a Guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à Criança ou ao Adolescente; conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive os Pais.

Logo, a Guarda denota a posse dos Pais sobre os Filhos. Ter os Filhos, em seu poder, nada mais é do que tê-los sob a sua guarda e seus cuidados.” (Parizatto, p.115).

Assim sendo, aduz o Art. 1645, do Código Civil, que:

Compete aos Pais, quanto à pessoa dos Filhos Menores:

I - Dirigir-lhes a criação e a educação.

II – Tê-los de sua companhia e guarda.

III – Conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para se casarem.

IV – Nomear-lhes Tutor, por Testamento ou Documento autêntico, se o outro dos Pais lhe não sobrevier; ou, o sobrevivente não puder exercer o Poder Familiar.

V – Representá-los, até aos 16 anos, nos atos da vida civil; e, assisti-los, após essa idade, os atos em que forem partes; suprindo-lhes o consentimento.

VI – Reclamá-los de quem, ilegalmente, os detenha.

VII – Exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios da sua idade e condição.

No entanto, a Guarda pode ser transferida do Pai ou da Mãe para outra pessoa, em casos especiais. Esta seria a exceção de que a regra seria, totalmente, inerente ao Poder Familiar, exercido pelos Pais. No âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a regra é tratada pelos Artigos 33 a 55 e o Artigo 227, da Constituição Federal, assegura à Criança e ao Adolescente o direito à convivência familiar e comunitária.

Estabelece o Art. 1583, do Código Civil, que a Guarda será unilateral ou compartilhada. Compreende-se por Guarda Unilateral, a atribuída a um só dos Genitores ou a alguém que o substitua; e, por Guarda Compartilhada, a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do Pai e da Mãe, que não viva, sob o mesmo teto, concernentes ao Poder Familiar dos Filhos comuns. Importante frisar que, tanto na Guarda Compartilhada, como na Unilateral, devem ser levados em conta os interesses do Menor.

O Artigo 694, do novo Código de Processo Civil, afirma que nas Ações de Família, todos os esforços serão desempenhados, para a solução consensual da controvérsia; devendo o Juiz dispor de auxílio de Profissionais de outras Áreas de Conhecimento, para a Mediação e a Conciliação. E, continua informando, em seu Parágrafo Único, que se as partes, assim, o quiserem, o Juiz poderá determinar a suspensão do Processo, enquanto os Litigantes se submeterem à Mediação Extrajudicial ou ao Atendimento Multidisciplinar; prestigiando, dessa forma, uma solução mais consensual dos conflitos.

“A **Visitação**, por sua vez, é um direito, não apenas, daquele que não detém a Guarda; mas, especialmente, da Criança, que não pode ser privada do convívio com o Pai e com a Mãe; ainda que, alternadamente.” (Parizatto, p. 155)

Nas Ações de Divórcio, deverá ser esclarecido, como será a Guarda dos Filhos; se Unilateral ou Compartilhada; e, o direito de visitas daquele que não for ficar com os Filhos.

Deverá ficar estabelecida, também, a forma como tal Guarda será exercida; podendo ser livre, a critério das partes; ou, previamente, fixados os dias e os horários para tanto; podendo as partes estabelecer a Guarda Compartilhada. O direito de visita é assegurado; não sendo obrigatório o seu cumprimento; não existindo nenhum mecanismo, que possa obrigar uma das partes a visitar o Filho.

Para Sidnei Agostinho Beneti, “Os direitos de visita aos Filhos, sob a guarda de outro Genitor, de tê-los na companhia e de fiscalizar a manutenção e a educação assegurados, pelo Art. 15, da Lei nº 6.515/77, são a contrapartida da ausência da Guarda; preenchem, como possível, o claro, na relação entre Pais e Filhos, provocados pela falta do trato diário, na convivência em casa comum.”

Típicas parcelas do Pátrio Poder, esses direitos haurerem suas características; a começar, por serem, não só, direitos; mas, também, deveres do Genitor sem guarda; tanto que incluídos pela Lei nº 6.515/77, na Seção, referente à proteção da pessoa dos Filhos. “Visitas, companhia e fiscalização das condições de formação são necessárias aos Filhos; tanto quanto o é o exercício da Guarda”. (Beneti, p. 622)

O direito de visita do Pai ou da Mãe, para o Filho, é inderrogável, irrenunciável; e, deve ver exercida, da forma acordada, ajustada. Se houver uma futura divergência a respeito de tal ponto, caberá a propositura de Ação Ordinária de Alteração de Guarda ou a Regulamentação de Visitas.

A Filiação é a relação de parentesco consanguíneo, em primeiro grau e em linha reta, que liga uma pessoa àquelas, que o geraram, ou, a receberam, como se as tivessem gerado.

A Ação de Investigação de Paternidade é utilizada para se provar a Filiação. A petição inicial da Ação de Investigação de Paternidade, da Negatória de Paternidade e de outras Ações de Família devem ser elaboradas, com os requisitos, constantes do Artigo 319, do Código de Processo Civil.

Quando do ajuizamento dessas Ações, o Juízo analisará o deferimento de Tutela Provisória cabível, se for o caso; e, designará, previamente, uma Audiência de Mediação e Conciliação, determinando a citação do Réu, para, unicamente, nela comparecer. A citação

ocorrerá, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A citação será feita, na pessoa do Réu, preferencialmente, por via postal, no endereço declinado, na petição inicial. Claro que se frustrada esta, a citação far-se-á, por Oficial de Justiça, conforme previsão do Artigo 249, do novo Código de Processo Civil. A regra é a citação, por via postal, Art. 247, do CPC. A carta deverá ser registrada, para a entrega ao Citando; exigindo-lhe o Carteiro, ao fazer a entrega, que assine o recibo.

Vale lembrar que, tramitam, em Segredo de Justiça, os Processos, que versem sobre Casamento, Separação de Corpos, Divórcio, Separação, União Estável, Filiação, Alimentos e Guardas de Crianças e Adolescentes.

4.1 DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Conforme aduz o Art. 2º, da Lei nº 12.318/2010:

Considera-se ato de Alienação Parental a interferência, na formação psicológica da Criança ou do Adolescente; promovida ou induzida por um dos Genitores, pelos Avós ou pelos que tenham a Criança ou o Adolescente sob a autoridade, guarda ou vigilância; para que repudie Genitor; ou, que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este;

e, seus Incisos apresentam alguns exemplos de condutas, que podem caracterizar o ato; tais como: realizar campanha de desqualificação da conduta do Genitor, no exercício da paternidade ou maternidade; impedir o Pai/Mãe não-guardião de obter informações médicas ou escolares dos Filhos; criar obstáculos à convivência da Criança com o Pai/Mãe não-guardião e Familiares deste(a); apresentar falsa denúncia contra Genitor, contra Familiares deste ou contra Avós; para obstar ou dificultar a sua convivência com a Criança ou o Adolescente; ou, mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da Criança ou do Adolescente com o outro Genitor, com Familiares deste ou com Avós

Tal assunto veio a ser tratado no Art. 699 do CPC: “Quando o Processo envolver discussão sobre fato, relacionado a abuso ou à Alienação Parental, o Juiz, ao tomar o depoimento do Incapaz, deverá estar acompanhado por especialista”.

Podemos entender que, de acordo com o Artigo, a percepção de outros Profissionais, contribuindo com seus diferentes saberes, mostra-se valorizada, pelo Legislador; pois "a

percepção jurídica, muitas vezes, não é suficiente, para descortinar as raízes do conflito e as formas mais indicadas de solução" (FARIAS; ROSENVALD, 2016, p. 155).

Em se tratando da palavra "especialista", empregada pelo Artigo em apreço, não há rol taxativo de quem deva ser esse Profissional. Desse jeito, o Especialista, que será consultado, variará, conforme a natureza da demanda; não se restringindo aos Psicopedagogos, Psicólogos, Médicos ou Assistentes Sociais. Cabe, aqui, referir, como bem lembra Farias e Rosenvald (2016), a que o Especialista fará o papel de auxiliar da Justiça (Art. 149, CPC); ou seja, a ele aplicam-se os motivos de impedimento ou suspeição.

4.2 DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS E PRISÃO CIVIL

A denominada Ação de Execução é a iniciativa, promovida pelo Credor, por meio de Atos Processuais Legais, para a exigência do cumprimento forçado de um direito, reconhecido pela Legislação vigente, ou, por decisão judicial.

O direito aos alimentos é um direito, constitucionalmente, assegurado; o qual reside na afirmação do direito à vida e a sua medida se dá, por meio da afirmação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Os alimentos, segundo a lição de Orlando Gomes, “são prestações para satisfação das necessidades vitais de quem não pode provê-las, por si. Têm, por finalidade fornecer a um Parente, Cônjuge ou Companheiro, o necessário à sua subsistência. Quanto ao conteúdo, os alimentos abrangem, assim, o indispensável ao sustento, o vestuário, a habitação, a assistência médica, a instrução e a educação.

A obrigação de prestação alimentícia foi um dos pontos de inovação, no novo Código, aos moldes do que já vinha sendo apresentado, pelo “Estatuto das Famílias do Instituto Brasileiro de Direito de Família” (IBDFAM). Sua previsão vem expressa, no CPC, dos Art. 528 ao 533, para títulos executivos judiciais; e, nos Art. 911 ao 913, quando se referir a títulos executivos extrajudiciais.

O primeiro aspecto, a ser destacado, é que os alimentos, fixados em um título executivo judicial, passam a ser executados, como cumprimento de sentença; independentemente, de se referir a alimentos provisórios (em Autos apartados), ou, definitivos (nos próprios Autos do Processo, que fixou os alimentos) (XAVIER, 2015).

No que tange ao cumprimento da sentença, que reconhece a obrigação de prestar alimentos; ou, a decisão interlocutória, que fixa alimentos, além do mecanismo da prisão civil, foi incorporado ao Código a possibilidade do protesto. Transcorrido o prazo de três dias e não

se efetuando o pagamento, não comprovando que se efetuou o pagamento, nem apresentando justificativa, que prove a sua impossibilidade em efetuá-lo, o Juiz mandará protestar a dívida.

Uma outra novidade, incorporada ao novo CPC, é que, agora, o Devedor de Alimentos poderá ter seu nome inscrito nos Sistemas de Bases de Proteção de Crédito. Haverá, ainda, a decretação da prisão, pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses. Essa prisão, anteriormente, era cumprida em Regime Semiaberto; possibilitando que o Devedor trabalhasse, durante o dia; e, pernoitasse em um Albergue; passa, agora, ao Regime Fechado, em separado do Preso comum. Cabe ressaltar que o cumprimento da pena não irá abonar a sua dívida.

Sobre o assunto, importantes as observações, feitas por Flávio Tartuce:

Consigne-se que a Jurisprudência tem determinado a prisão, quando o Devedor tem o costume de não pagar, integralmente, os alimentos devidos; sem deixar caracterizar os três meses de inadimplência; visando a furtar-se da prisão. É o caso, por exemplo, do Devedor, que costuma deixar de pagar dois meses consecutivos o valor devido; mas, paga a dívida, no terceiro mês.

Senão vejamos, o entendimento dos Tribunais (TJES, Processo 100010015749) (...):

Esse entendimento deve ser mantido sob a égide do Novo Estatuto Processual. A contumácia do Devedor, a reiteração de inadimplência alimentar, aliás, sempre, foi motivo para novas prisões, conforme vem entendendo o Superior Tribunal de Justiça (STJ, RHC 17.541-RJ). (O Novo CPC e o Direito Civil: Impactos, diálogos e interações. São Paulo: Método, 2015, p. 437-438).

Além disso, o Credor poderá requerer o desconto em folha do débito alimentar, quando o Devedor for Funcionário Público, Militar, Diretor ou Gerente de Empresa ou Empregado sujeito à Legislação do Trabalho. É facultada a possibilidade de que, sem prejuízo dos alimentos vincendos, o débito da execução seja pago, de maneira parcelada. No entanto, a soma das parcelas devidas não deve ultrapassar cinquenta por cento dos ganhos líquidos.

A execução desse débito alimentar poderá ocorrer no juízo de seu domicílio; sendo devidas, para fins de prisão civil, as três prestações vencidas, anteriormente, ao ajuizamento; e, as que vencerem, no curso do Processo. Caso seja identificada uma conduta procrastinatória, por parte do Executado, o Juiz cientificará o Ministério Público sobre os indícios de crime de abandono material (com previsão, no Código Penal, Art. 244).

Segundo Dias (2016), uma das mais significativas alterações, no sentido de celeridade da cobrança dos alimentos, esteja na admissão da citação postal. A expressão "pessoalmente", para a intimação, não se restringiu ao Oficial de Justiça; podendo ser feita por AR de "mão própria" do Correio. Portanto, firmando o AR, a intimação é considerada válida e pessoal.

Assim, enfatiza-se que a citação não poderá ser feita na pessoa do Advogado; como ocorre nos demais casos de cumprimento de sentença.

Esse novo Instrumento, que une a execução de alimentos a um Instrumento de Coercibilidade é uma das mais expressivas inovações do CPC. O novo Texto Processual traz maior efetividade às decisões judiciais; tornando o Instituto do Protesto um Instrumento, a fim de dar eficiência da Jurisdição, no sentido de se ter uma Justiça útil e efetiva.

5 DA UNIÃO ESTÁVEL

O conceito de União Estável está previsto no Art. 1723, do Código Civil, que, assim, preceitua: “É reconhecida como Entidade Familiar a União Estável entre o homem e a mulher; configurada na convivência pública, contínua e duradoura; e, estabelecida com o objetivo de constituição de família.”

Caracteriza-se, por uma Entidade Familiar entre o homem e a mulher, exercida contínua e publicamente, semelhante ao Casamento. Atualmente, é reconhecida, quando os Companheiros convivem, de modo duradouro e com intuito de constituição de família; mas, na verdade, ela nasce do afeto entre os Companheiros, sem prazo certo para existir ou terminar.

A convivência pública não explicita a união familiar; mas, somente, leva ao conhecimento de todos; já que o Casal vive em relacionamento social; apresentando-se, como “marido e mulher”. Portanto, a União Estável é uma situação de fato. Por essa razão, o fato de não se ter qualquer documento sobre essa União não quer dizer que ela não exista. Ela poderá ser provada, de várias formas: Contas correntes conjuntas, testemunhas, disposições testamentárias, apólice de seguro, entre outras. A União Estável configura uma relação informal; isto é, existe, a partir da presença dos elementos, acima citados; não dependendo de nenhuma solenidade ou celebração, para ter eficácia legal; como ocorre, no Casamento Civil.

Apesar de a União Estável ser uma situação de fato, a escritura é importante, por oficializar alguns aspectos; em especial, o Regime de Bens, aplicável à União. Se os Companheiros vivem em União Estável, sem a elaboração de uma escritura pública; ou, se, nela, nada estiver estabelecido, em relação ao Regime de Bens, na hipótese de dissolução da União, serão aplicadas as regras da Comunhão Parcial. Se os Conviventes quiserem que valha um outro Regime, é indispensável à lavratura da escritura, com a indicação do Regime de Bens e de outros aspectos, que os Companheiros julguem relevantes. É importante, também, a

escritura, como meio de comprovação da existência da União, para fins de concessão de Benefícios; inclusão dos Companheiros, como Dependentes, perante os Planos de Saúde e Órgãos Previdenciários. Sendo assim, a União Estável não altera o estado civil dos Companheiros; permanecendo solteiros, na constância da união. Destaca-se que a pessoa casada; mas, separada de fato, pode constituir União Estável, de acordo com o §1º, do art. 1.723, do Código Civil.

Por fim, importante que se esclareça que, após a decisão do STF, nas ADI 4.277 e ADPC 132, não há mais que se diferenciar a União Estável Homo e Heteroafetiva; devendo o tema ser tratado, simplesmente, como União Estável.

Em se tratando de União Estável, no Direito de Família, pode-se referir a uma inovação, trazida pelo novo Código de Processo Civil, a obrigatoriedade de indicação da sua existência, quando da qualificação das partes; seja, por parte do Demandante, ou, do Demandado. Essa informação virá ao lado do campo do estado civil; ou seja, não ocorreu o reconhecimento da União Estável, como estado civil; mas, apenas, a necessidade de sua informação.

Pode-se dizer que, o tema em pauta é, relativamente, recente; e, ainda, há de acontecer relativas mudanças. Não obstante, mencionada a inovação, trazida pelo Código, no caso de uma possível demanda familiar.

ABSTRACT

“OF FAMILY ACTIONS”, SECOND ADVENT OF THE NEW CIVIL PROCESS CODE

This article deals with notes on recurring doubts concerning the divergences brought about by the new Code of Civil Procedure (CPC (Law 13.105 / 2015), with regard to the special procedures Family". I will cover succinctly topics such as mediation and conciliation, recognition of the stable union, parental alienation, food execution, custody/visitation and membership and the civil prisoner of the food debtor.

Keywords: New Code of Civil Procedure; Law 13.105 / 2015; family law.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Denota-se, através do estudo, que o novo Código de Processo Civil, se preocupou com a questão da celeridade, buscando através das inovações, agilizar os julgados e diminuir o número das demandas.

Por intermédio do instituto da mediação e conciliação, que foi regulamentado é possível que haja um avanço no quesito da morosidade, vez que, as partes passam a ter maior poder em transigir, deixando o processo mais desburocratizado e “informal”.

Não menos importante foram às alterações no âmbito do Direito Familiar, que atentou a cuidar de toda a sua esfera, ganhando mais espaço e um capítulo dedicado exclusivamente ao tema. A “família”, a partir de então, passa a encontrar maior respaldo no que se concerne às ações de natureza cível.

Ressalta-se ainda, o enrijecimento das leis quanto às ações de alimentos, que além de possuírem um procedimento especial regulamentado por lei própria, passa a ter uma mais rigidez no Código de Processo Civil, quando da possibilidade de execução dos alimentos como títulos extrajudiciais. Sem contar que a prisão civil passa a ser cumprida em regime fechado, o que gera um temor por parte dos devedores, maior segurança jurídica ao alimentando e possivelmente à longo prazo, a diminuição das reivindicações por este tipo de Novo Código de Processo Civil, visou à simplificação dos procedimentos, a desburocratização da justiça, por meio do incentivo a mediação, e a atualização dos temas de acordo com as necessidades atuais. A justiça caminha, por trilhos estreitos e certos, buscando enquadrar as leis à realidade dos fatos.

“OF FAMILY ACTIONS”, SECOND ADVENT OF THE NEW CIVIL PROCESS CODE

ABSTRACT

This present study deals with notes on recurring doubts concerning the divergences brought about by the new Code of Civil Procedure (CPC (Law 13.105 / 2015), with regard to the special procedures, related to Family Duty"; covering succinctly topics such as mediation and conciliation, recognition of the stable union, parental alienation, food execution, custody/visitation and membership and the civil prisoner of the food debtor.

Keywords: New Code of Civil Procedure; Law 13.105 / 2015; Family Law.

REFERÊNCIAS

BENNETI, Sidnei Agostinho. **Modelos de Despachos e Sentenças**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1992.

BRASIL. Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>.

_____. Lei n. 12.318 de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a Alienação Parental e altera o Art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm>.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Conciliadores e Mediadores. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao/perguntas-frequentes/conciliador-e-mediador>>. Cesso em: 12 mar. 2019.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM. Conciliação e Mediação no Novo CPC. Disponível em: <<http://www.conima.org.br/arquivos/4682>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

DIAS, Maria Berenice. **A Citação do Devedor de Alimentos no Novo CPC**. IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2016. Disponível em: <www.ibdfam.org.br/favoritar/artigos/1120/A+cita%C3%A7%C3%A3o+do+devedor+de+alimentos+no+nov+CPC>. Acesso em: 11 mar. 2019.

DICIONÁRIO JURÍDICO. “Procedimentos Especiais”. Processo Civil. **DireitoNet**. 02 maio 2018. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/1891/Procedimentos-especiais>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999. Pág. 42

LEITÃO. Nanda de Freitas. Tudo que você sempre quis saber sobre a união estável. 09 de março de 2017. **Migalhas**. Migalhas de peso. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI255268,11049-Tudo+que+voce+sempre+quis+saber+sobre+a+uniao+estavel>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

OLIVEIRA, Igor Grisolia Said Xavier de; COSTA, Joice Martins da. **Apontamentos sobre as Ações de Família no Novo Código de Processo Civil**. PARIZATTO, João Roberto. Ações de família no Novo CPC. São Paulo: EDIPA, 2015.

PARIZATTO, João Roberto. **Ações de Família no Novo CPC**. São Paulo: Ed. Edipa Editora Parizatto, 2016.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Novo CPC Traz Impactos Significativos no Direito de Família**. CONSEJUR, 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-mar->

06/processo-familiar-cpc-traz-impactos-significativos-direito-familia>. Acesso em: 20 fev. 2019.

STOLZE, Pablo. O Novo CPC e o Direito de Família: Primeiras impressões. **JusNavigandi**, 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/39838/o-novo-cpc-e-o-direito-de-familia-primeiras-impressoes>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SERGIO, Caroline Ribas. Dos alimentos no Novo CPC: uma análise sobre as alterações e consequências atribuídas ao devedor de alimentos. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/9694/Dos-alimentos-no-Novo-CPC-uma-analise-sobre-as-alteracoes-e-consequencias-atribuidas-ao-devedor-de-alimentos>>. Acesso em 15 dez. 2018.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito de Família**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – Teoria Geral do Direito Processual Civil. Processo de conhecimento e procedimento comum – vol. I**. 56. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015

WIKIPÉDIA. Divórcio. <<https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Div%C3%B3rcio>>. Acesso em 13 mar. 2019.